


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000030-76.2015.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Defeito, nulidade ou anulação**  
 Requerente: **Marcelo Santos de Jesus**  
 Requerido: **Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

**Marcelo Santos de Jesus** move ação declaratória de inexistência de débito com pedido de indenização por danos morais em face de **Luizacred S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**. Alega, em síntese, que a requerida procedeu ao cadastramento irregular de seus dados no SCPC, referentemente a dívida inexistente. Pleiteia a declaração de inexistência do débito e a condenação da pessoa jurídica ao pagamento de indenização por danos morais em quantia correspondente a cinco vezes o valor do apontamento, além das verbas sucumbenciais.

Medida de urgência concedida a fl. 12.

Citada, a requerida não se manifestou nos autos (fls. 22/23).

É o relatório. DECIDO.

O feito comporta julgamento no estado, nos termos do artigo 330, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

A ação é parcialmente procedente.

A contumácia da requerida importa presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial, impondo-se a procedência do pedido declaratório.

Entretanto, não há que se falar em reparação moral na presente hipótese, pois ausente seu principal fundamento, qual seja, o abalo de crédito, pois os documentos colacionados aos autos - fl. 10 - revela que o autor apresentava negativas pretéritas à discutida nesta ação.

De tudo resulta que mesmo que verificada a irregularidade do cadastramento discutido neste processo, ainda assim as anteriores inscrições de débitos nos cadastros de inadimplentes impossibilitam a configuração do dano moral reparável.

Logo, inexistente fundamento legal para a responsabilização civil da requerida.

A parte autora também não mencionou que as inscrições estariam sendo discutidas judicialmente, muito menos que elas sejam irregulares, o que afasta definitivamente o dano extrapatrimonial alegado.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**

**VARA ÚNICA**

**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Não é diversa a orientação jurisprudencial: “*INDENIZATÓRIA - Dano moral - Apelante devedor contumaz e que detinha, à época da negativação, diversos apontamentos restritivos pretéritos - Inocorrência de abalo de crédito - Hipótese que afasta a pretensa responsabilidade civil, pois inexistente dano moral a ser reparado - Súmula nº 385 do STJ*”. (TJ/SP, Apelação n. 990.10.080298-4, 37ª Câmara de Direito Privado, Rel.: Tasso Duarte de Melo, 19/08/2010).

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação para declarar inexistente o débito reclamado. Improcede o pleito indenizatório. Convolto em definitiva a decisão de fl. 12. Em razão da sucumbência recíproca, cada parte arcará com os honorários de seus advogados, assim como com as custas e despesas processuais a que tenha dado causa.

P.R.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 15 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**